Demonstrações financeiras

Kepler Weber S.A. (Companhia aberta)

31 de dezembro de 2017 e 2016

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Kepler Weber S.A. (Companhia aberta)

1. Contexto operacional

A Kepler Weber S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital aberto, possui sua sede localizada na cidade de São Paulo, SP, Brasil, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, mercadorias e futuros sob o código KEPL3 desde 15 de dezembro de 1980. Seu objeto social é exercido indiretamente, através de sua controlada, Kepler Weber Industrial S.A., com sede localizada na cidade de Panambi, RS, Brasil, no que se referem às atividades operacionais e industriais de produção de sistemas de armazenagem e conservação de grãos (silos, secadores, máquinas de limpeza e seus componentes), instalações industriais, terminais portuários, peças de reposição e serviços de assistência técnica.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anuais, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas pelo Conselho Fiscal em 09 de março de 2018 e pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de março de 2018, para divulgação em 23 de março de 2018.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e também conforme os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC").

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Base de elaboração--Continuação

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2016, sendo que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia ("Administração") no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a controladora, Kepler Weber S.A., e sua controlada Kepler Weber Industrial S.A., subsidiária integral da Companhia, ambas estabelecidas no Brasil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Moeda funcional e transações e saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora e de sua controlada. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras e considerações sobre o uso de estimativas e julgamentos, estão apresentadas nesta seção.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, correspondendo às utilizadas por ela na sua gestão. Ressaltamos, ainda, que as práticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada têm os seguintes ativos financeiros:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 compreendem as contas a receber e depósitos judiciais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Instrumentos financeiros--Continuação

i. Ativos financeiros não derivativos--Continuação

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, no caso da Companhia e de sua controlada, compreende os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras retidas.

Disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo valor justo, sendo as variações do valor justo até o momento da realização registrado contabilmente na demonstração de resultado abrangente. Na realização dos ativos financeiros, o valor justo é reclassificado para a demonstração do resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 compreendem os títulos e valores mobiliários.

ii. Outros passivos financeiros

A Companhia e sua controlada têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Estes passivos são classificados como outros passivos financeiros e são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

iii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado como receita ou despesa financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Redução ao valor recuperável de ativos

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e sua controlada sobre condições que não seriam consideradas em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

3.3. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com o CPC09 – Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Novas normas ou revisadas

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017

A Companhia e sua controlada entendem que as alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB com efeito a partir de 1º de janeiro de 2017 não produziram impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

b) Normas emitidas mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2017

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor.

Alterações à IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações (Vigência a partir de 01/01/2018)

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada. A Companhia entende que as alterações não produzirão impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Novas normas ou revisadas--Continuação

b) Normas emitidas mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2017--Continuação

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)--Continuação

A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação do impacto dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas à Companhia em 2018, quando então passará a adotar a IFRS 9. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo na adoção desta norma.

IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo modificado. A Companhia realizou uma avaliação da IFRS 15 de forma mais detalhada em 2017.

A Companhia atua no fornecimento de silos e sistemas de armazenagem. Os equipamentos e os serviços são vendidos por conta própria em contratos identificados e separados com os clientes, e juntos, como um pacote de bens e/ou serviços.

Para contratos com clientes em que geralmente se espera que a venda de equipamentos seja a única obrigação de execução, a adoção da IFRS 15 não deverá ter impacto na receita e no resultado da Companhia. A Companhia espera que o reconhecimento de receita ocorra em um momento em que o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Novas normas ou revisadas--Continuação

b) Normas emitidas mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2017--Continuação

IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)--Continuação

Para contratos com clientes em que a venda de equipamentos está atrelada a uma obrigação de execução de serviço de montagem de equipamentos, a adoção da IFRS 15 também não deverá ter impacto na receita e no resultado da Companhia. Concluiu-se que a venda de equipamentos e os serviços de montagem são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. Consequentemente, de acordo com a IFRS 15, a Companhia continuaria a reconhecer a receita desses contratos de equipamentos e serviços ao longo do tempo.

Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos somente de curto prazo de seus clientes. Eles são apresentados como adiantamentos de clientes na rubrica do passivo circulante. De acordo com a IFRS 15, a Companhia deve determinar se existe um componente de financiamento significativo em seus contratos. Contudo, as análises efetuadas pela Companhia apontam que os efeitos de componentes de financiamento não são significativos nos contratos, pois o período entre a transferência do grupo de um bem ou serviço prometido para um cliente e o momento em que o cliente paga esse bem ou serviço é normalmente inferior a 90 dias.

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil (Vigência a partir de 01/01/2019)

A IFRS 16 (CPC - 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil) foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, a IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos - e o SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Em 2018, a Companhia planeja avaliar o efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Novas normas ou revisadas--Continuação

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. Gerenciamento de risco financeiro

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e sua controlada, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez:
- Risco de mercado:
- Risco operacional;
- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro).

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e de outros créditos.

Contas a receber de clientes e outros créditos

As aprovações de créditos são estabelecidas para cada cliente pelo Comitê de Crédito com base em: capacidade de pagamento e pontualidade, histórico de compra junto à Companhia e sua controlada e avaliação cadastral, referências bancárias e comerciais.

No monitoramento do risco de crédito dos clientes, eles são agrupados de acordo com suas características de crédito, localização geográfica, tipo de indústria, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores, incluindo se são pessoas físicas, produtores agrícolas, ou pessoas jurídicas, cooperativas agrícolas e empresas de *trading*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

a) Risco de crédito--Continuação

Contas a receber de clientes e outros créditos--Continuação

A Companhia e sua controlada operam basicamente com vendas sob encomenda de clientes finais, firmadas mediante contrato e com pagamentos parciais de acordo com os eventos físicos, o que pode ocasionar um aumento na posição de vencidos que não necessariamente se traduz em inadimplência por falta de condições financeiras dos clientes, uma vez que o índice histórico de perda pela falta de pagamento é baixo. Adicionalmente, parte das vendas é efetuada através de linhas de financiamentos cujo tomador é o próprio cliente e o risco de crédito é do agente financeiro.

Valor contábil

Exposição a riscos de crédito

Controladora

A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	Dez/2017	Dez/2016
Caixa e equivalentes de caixa	7	14.057	10.373
Títulos e valores mobiliários - circulante		6.695	-
Total		20.752	10.373
Consolidado		Valor contá	ábil
	Nota	Dez/2017	Dez/2016
Caixa e equivalentes de caixa	7	14.424	21.790
Aplicações financeiras retidas - circulante	7	7.332	11.142
Títulos e valores mobiliários - circulante	8	79.887	100.989
Contas a receber clientes	9	52.769	66.154
Instrumentos financeiros derivativos		196	187
Títulos e valores mobiliários - não circulante	8	13.439	44.677
Total		168.047	244.939

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

a) Risco de crédito--Continuação

Exposição a riscos de crédito--Continuação

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis, desconsiderando provisão de créditos de liquidação duvidosa e ajuste a valor presente, representados por contas a receber de clientes, entre mercado nacional e mercado externo, está distribuída a seguir:

Consolidado	Valor cont	ábil
	Dez/2017	Dez/2016
Mercado Doméstico	50.358	61.389
América do Sul	2.663	2.989
África	389	1.039
América do Norte	166	-
Ásia	-	4.955
Europa	-	59
Total	53.576	70.431

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e sua controlada encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A Companhia e sua controlada constantemente monitoram suas exigências de fluxo de caixa operacional e se preocupam com a otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. Desta forma, é possível garantir que possuam saldo em tesouraria suficiente para superar a necessidade de capital de giro operacional, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

b) Risco de liquidez--Continuação

A seguir estão as maturidades contratuais de passivo financeiro, incluindo pagamentos de juros estimados:

			Controla	dora			
31 de dezembro de 2017 Passivos financeiros não derivativos Fornecedores	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
	181 181	181 181	181 181	<u>-</u>			-
	Consolidado						
31 de dezembro de 2017	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos Financiamentos e empréstimos Fornecedores	79.511 52.385	85.205 52.385	27.533 52.385	24.932	10.997 -	19.662	2.081
	131.896	137.590	79.918	24.932	10.997	19.662	2.081

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia e sua controlada ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos de mercado, não sendo utilizados instrumentos derivativos com o objetivo de especulação.

i. Risco de taxa de câmbio

A Companhia e sua controlada atuam no mercado externo, sendo suas vendas utilizadas como lastro nas operações com moeda estrangeira. Os resultados da Companhia e sua controlada estão suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados às moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

- c) Risco de Mercado--Continuação
 - i. Risco de taxa de câmbio--Continuação

Exposição a moeda estrangeira

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira foi a seguinte (base em valores nominais).

	Consoli	dado
Itens	Dez/2017	Dez/2016
Clientes	3.218	9.042
Fornecedores	(26)	(2.030)
Comissões a representantes	(1.496)	(1.978)
Financiamentos e empréstimos	(9.527)	-
Soma	(7.831)	5.034
Valor equivalente em US\$ mil	(2.453)	1.545
Instrumentos financeiros derivativos líquidos (valores nocionais) em US\$	1.830	(1.500)
Valor de exposição líquida em US\$ mil	(623)	45

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

Taxa média			Taxa à vista na data das demonstrações financeiras		
	2017	2016	Dez/2017	Dez/2016	
	3,1925	3,4833	3,3080	3,2591	

Derivativos - contratos de câmbio a termo

A Companhia e sua controlada possuem política para mitigação dos riscos de mercado, evitando exposição a flutuações de valores de mercado e operando com instrumentos que permitam controles de riscos. Os instrumentos em aberto em 31 de dezembro de 2017 e 2016 referem-se a contratos de venda cambial a termo (na modalidade *non deliverable forward* - NDF) a fim de proteger parcialmente a expectativa de recebimento de dólares das exportações no seu vencimento, incluindo aquelas já realizadas, bem como os pedidos firmes em carteira, conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

- c) Risco de Mercado--Continuação
 - i. Risco de taxa de câmbio--Continuação

Derivativos - contratos de câmbio a termo--Continuação

Consolidado							
Vencimento	Contraparte	Compra/ venda	Valor nocional US\$mil	Taxa futura	Valor justo da posição ativa	Valor justo da posição passiva	Saldo Dez/2016
Jan-17	Brasil Plural	Venda	(1.500)	3,2764	5.048	4.861	187
			(1.500)			_	187

Consolidado								
Vencimento		Contraparte	Compra/ venda	Valor nocional US\$mil	Taxa futura	Valor justo da posição ativa	Valor justo da posição passiva	Saldo Dez/2017
Jul-18	Pine		Compra	1.830	3,3764	5.820	5.968	148
ago-18	Pine		Compra	1.000	3,3783	3.191	3.240	49
Jan-18	Pine		Venda	(1.000)	3,3153	3.299	3.297	(1)
				1.830			_	196

A Companhia e sua controlada não ofereceram margens em garantia para as operações contratadas, indicadas acima.

O reflexo dos instrumentos financeiros derivativos, registrados no resultado do exercício (Nota 31), estão apresentados abaixo:

	Consolidado		
Operações de proteção	Dez/2017 Dez/201		
Receitas financeiras:			
Ganhos com operações de NDF	1.024	1.502	
Despesas financeiras:			
Perdas com operações de NDF	(734)	(1.027)	
, ,	290	475	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

- c) Risco de mercado--Continuação
 - i. Risco de taxa de câmbio--Continuação

Análise de sensibilidade - instrumentos derivativos e risco de moeda estrangeira

Considerando o efeito de valorização do dólar aplicado sobre a taxa à vista do dólar em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 3,3080/US\$), o cenário possível é representado pela valorização do dólar em relação ao real de 25% (R\$ 4,1350/US\$), enquanto que o cenário remoto seria representado pela valorização do dólar em relação ao real de 50% (R\$ 4,9620/US\$).

Para a exposição dos derivativos, a Companhia considerou o efeito de valorização do dólar sobre a taxa futura ponderada em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 3,3690/US\$), o cenário possível é representado pela valorização do dólar em relação ao real de 25% (R\$ 4,2012/US\$), enquanto que o cenário remoto seria representado pela valorização do dólar em relação ao real de 50% (R\$ 5,0414/US\$).

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Exposição líquida a moeda estrangeira sem derivativos	Desvalorização do dólar em relação ao real	-	(2.029)	(4.057)
Contrato NDF – Compromisso de venda de dólar	Valorização do dólar em relação ao real	196	1.282	2.760

ii. Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia e sua controlada estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, financiamentos e empréstimos e debêntures com taxas de juros variáveis, principalmente CDI e TJLP.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e sua controlada era:

Controladora	Valor contábil		
	Dez/2017	Dez/2016	
Instrumentos de taxa variável			
Ativos Financeiros	20.752	10.373	
Caixa e equivalentes de caixa	14.057	10.373	
Títulos e valores mobiliários - circulante	6.695	-	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

- c) Risco de mercado--Continuação
 - ii. Risco de taxa de juros--Continuação

Consolidado	Valor contábil		
	Dez/2017	Dez/2016	
Instrumentos de taxa fixa			
Passivos financeiros	79.511	118.227	
Finep	29.330	35.657	
Finame	10.732	12.978	
Exim	29.922	69.592	
Finimp	9.527	-	
Instrumentos de taxa variável			
Ativos financeiros	115.082	178.598	
Caixa e equivalentes de caixa	14.424	21.790	
Aplicações financeiras retidas - circulante	7.332	11.142	
Títulos e valores mobiliários - circulante	79.887	100.989	
Títulos e valores mobiliários - não circulante	13.439	44.677	

Os saldos de clientes e fornecedores que não estão sujeitos à atualização de juros não estão incluídos nesta composição.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

A Companhia e sua controlada não contabilizam nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia e sua controlada não designam derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

- c) Risco de mercado--Continuação
 - ii. Risco de taxa de juros--Continuação

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários sujeitos a variação de taxa do CDI e SELIC, a Administração considerou como cenário provável a taxa do CDI e SELIC na data de 31 de dezembro de 2017 sobre o percentual de variação de CDI e SELIC médio ponderado.

Receita anual sobre índice 31/12/2017 Taxa provável de 25% de 50%		Controladora				
Projeção anual sobre ativo financeiro 1.432 1.432 1.074 716 Variação Consolidador Fração (716) Ativos financeiros sujeitos a variação CDI: R\$ 100.285 Receita anual sobre índice 31/12/2017 Taxa provável de 25% de 50% de 50% de 50% Redução de 50% Projeção anual sobre ativo financeiro 6.90% 6.90% 5.18% 3,45% 5.18% 3,45% 6.920 Variação 6.920 6.920 5.190 3.460 Variação - (1.730) (3.460) Ativos financeiros sujeitos a variação SELIC: R\$14.732 7,00% 7,00% 5,25% 3,50% Projeção anual sobre ativo financeiro 1.031 1.031 773 516		sobre índice		,	,	
Variação Consolidado Consolidado Consolidado Redução de 25% Redução de 50% Ativos financeiros sujeitos a variação CDI: R\$ 100.285 6,90% 6,90% 5,18% 3,45% Projeção anual sobre ativo financeiro 6.920 6.920 5.190 3.460 Variação - (1.730) (3.460) Receita anual sobre índice 31/12/2017 Taxa provável Redução de 25% Ativos financeiros sujeitos a variação SELIC: R\$14.732 7,00% 7,00% 5,25% 3,50% Projeção anual sobre ativo financeiro 1.031 1.031 773 516	Ativos financeiros sujeitos a variação CDI: R\$ 20.750	6,90%	6,90%	5,18%	3,45%	
Consolidado Receita anual sobre índice 31/12/2017 Taxa provável de 25% Redução de 50% Ativos financeiros sujeitos a variação CDI: R\$ 100.285 6,90% 6,90% 5,18% 3,45% Projeção anual sobre ativo financeiro 6.920 6.920 5.190 3.460 Variação - (1.730) (3.460) Ativos financeiros sujeitos a variação SELIC: R\$14.732 7,00% 7,00% 5,25% 3,50% Projeção anual sobre ativo financeiro 1.031 1.031 773 516	Projeção anual sobre ativo financeiro	1.432	1.432	1.074	716	
Receita anual sobre índice 31/12/2017 Taxa provável de 25% Redução de 50% Ativos financeiros sujeitos a variação CDI: R\$ 100.285 6,90% 6,90% 5,18% 3,45% Projeção anual sobre ativo financeiro 6.920 6.920 5.190 3.460 Variação - (1.730) (3.460) Ativos financeiros sujeitos a variação SELIC: R\$14.732 7,00% 7,00% 5,25% 3,50% Projeção anual sobre ativo financeiro 1.031 1.031 773 516	Variação		-	(358)	(716)	
Ativos financeiros sujeitos a variação CDI: R\$ 100.285 6,90% 6,90% 5,18% 3,45% Projeção anual sobre ativo financeiro 6.920 6.920 5.190 3.460 Variação - (1.730) (3.460) Ativos financeiros sujeitos a variação SELIC: R\$14.732 7,00% 7,00% 5,25% 3,50% Projeção anual sobre ativo financeiro 1.031 1.031 773 516			Consolid	lado		
Ativos financeiros sujeitos a variação CDI: R\$ 100.285 6,90% 6,90% 5,18% 3,45% Projeção anual sobre ativo financeiro 6.920 6.920 5.190 3.460 Variação Consolidado Receita anual sobre índice 31/12/2017 Taxa provável Redução de 25% Redução de 50% Ativos financeiros sujeitos a variação SELIC: R\$14.732 7,00% 7,00% 5,25% 3,50% Projeção anual sobre ativo financeiro 1.031 1.031 773 516		sobre índice		,	,	
Variação - (1.730) (3.460) Consolidador Receita anual sobre índice 31/12/2017 Taxa provável de 25% Redução de 50% Ativos financeiros sujeitos a variação SELIC: R\$14.732 7,00% 7,00% 5,25% 3,50% Projeção anual sobre ativo financeiro 1.031 1.031 773 516	Ativos financeiros sujeitos a variação CDI: R\$ 100.285		6,90%	5,18%	3,45%	
Consolidado Receita anual sobre índice 31/12/2017 Taxa provável de 25% Redução de 50% Ativos financeiros sujeitos a variação SELIC: R\$14.732 7,00% 7,00% 5,25% 3,50% Projeção anual sobre ativo financeiro 1.031 1.031 773 516	Projeção anual sobre ativo financeiro	6.920	6.920	5.190	3.460	
Receita anual sobre índice 31/12/2017Taxa provávelRedução de 25%Redução de 50%Ativos financeiros sujeitos a variação SELIC: R\$14.7327,00%7,00%5,25%3,50%Projeção anual sobre ativo financeiro1.0311.031773516	Variação		-	(1.730)	(3.460)	
sobre índice 31/12/2017Taxa provávelRedução de 25%Redução de 50%Ativos financeiros sujeitos a variação SELIC: R\$14.7327,00%7,00%5,25%3,50%Projeção anual sobre ativo financeiro1.0311.031773516			Consolid	lado		
Projeção anual sobre ativo financeiro 1.031 1.031 773 516		sobre índice		,	,	
• •	Ativos financeiros sujeitos a variação SELIC: R\$14.732	7,00%	7,00%	5,25%	3,50%	
• •	Projeção anual sobre ativo financeiro	1.031	1.031	773	516	
(200)	Variação			(258)	(515)	

iii. Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e sua controlada e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e da sua controlada. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

- c) Risco de mercado--Continuação
 - iii. Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos--Continuação

O aço é a matéria-prima principal da Companhia e sua controlada e tem seus preços expostos a flutuações do mercado nacional e internacional. Em relação ao mercado local, a Companhia e sua controlada procuram repassar essas oscilações de preço da matéria-prima tendo em vista uma perspectiva de médio e longo prazo.

d) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e outros fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez.

A alta Administração da Companhia e sua controlada administra os riscos operacionais através da implementação dos processos:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações:
- Cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as acões corretivas propostas:
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional:
- Código de ética e conduta;
- Padrões éticos e comerciais;
- Política de Segurança da Informação;
- Política de Gerenciamento de Riscos:
- Comitê de Gestão de Riscos:
- Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

e) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é apresentada a seguir:

Controladora	Dez/2017	Dez/2016
Total do passivo	5.373	9.724
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(14.057)	(10.373)
Menos: títulos e valores mobiliários - circulante	(6.695)	-
Dívida líquida (A)	(15.379)	(649)
Total do patrimônio líquido (B)	435.349	468.852
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (A/B)	(4%)	0%
Consolidado	Dez/2017	Dez/2016
Total do passivo	280.897	294.953
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(14.424)	(21.790)
Menos: aplicações financeiras retidas - circulante	(7.332)	(11.142)
Menos: títulos e valores mobiliários - circulante	(79.887)	(100.989)
Menos: títulos e valores mobiliários - não circulante	(13.439)	(44.677)
Dívida líquida (A)	165.815	116.355
Total do patrimônio líquido (B)	435.349	468.852
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (A/B)	38%	25%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Informações por segmento

A Administração da Companhia considera todas as suas operações como um mesmo segmento operacional para decisões sobre os recursos a serem alocados e para avaliação de seu desempenho. Tendo em vista que todos os ativos e passivos relevantes são utilizados na produção e comercialização de todos os produtos e para todos os mercados e não há como segregá-los de forma objetiva ou confiável.

a) <u>Informações sobre produtos e serviços</u>

A receita líquida para cada grupo de produtos e serviços relevantes está apresentada abaixo:

	Consoli	Consolidado		
	Dez/2017	Dez/2016		
Armazenagem	400.146	293.332		
Exportações	88.394	107.587		
Granéis	42.386	36.654		
Peças e serviços	47.449	37.725		
	578.375	475.298		

b) Informações geográficas

As receitas líquidas no mercado doméstico e continentes estão apresentadas a seguir:

	Consolidado		
	Dez/2017	Dez/2016	
Mercado doméstico	489.981	367.711	
América do Sul	78.123	89.062	
América Central	4.596	4.142	
Ásia	3.543	1.372	
América do Norte	1.041	7.043	
Europa	554	1.039	
África	537	4.929	
	578.375	475.298	

As receitas líquidas do principal cliente da Companhia e sua controlada representam aproximadamente 6,94%, em um montante de R\$ 40.162 (em 31 de dezembro 2016 representavam 9,22% ou R\$ 43.842), do total das receitas líquidas da Companhia e sua controlada. Demais receitas são oriundas de diversos clientes, sendo que nenhum deles representa mais de 5% da receita líquida total consolidada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras retidas

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Control	adora	Consolid	ado
	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
Caixa e bancos	2	6	65	39
Aplicações financeiras	14.055	10.367	14.359	21.751
	14.057	10.373	14.424	21.790

Aplicações financeiras

As aplicações são representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados e por operação compromissada (operação financeira de venda de títulos com compromisso de recompra, para liquidação em data preestabelecida), os quais estão vinculados à variação de taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e podem ser resgatados de acordo com as necessidades de recursos da Companhia e sua controlada, exceto aquelas vinculadas a garantias de empréstimos, classificadas como aplicações financeiras retidas, conforme mencionado abaixo:

			Controla	dora	Consoli	dado
	Taxa	•	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
CDB	10,0%	CDI	-	11	4	32
CDB	70,55%	CDI	70	-	370	-
CDB	80%	CDI	-	-	-	1.288
CDB	97,0%	CDI	2.188	-	2.188	-
CDB	97,5%	CDI	-	3.466	-	3.466
CDB	98,2%	CDI	5.291	3.644	5.291	3.644
CDB	98,5%	CDI	1.742	=	1.742	-
CDB	99,0%	CDI	-	2.234	-	2.234
CDB	99,2%	CDI	-	1.012	-	1.012
CDB	99,5%	CDI	4.764	-	4.764	-
CDB	100,0%	CDI	-	-	-	10.075
CDB	105,5%	CDI	-	-	-	-
Aplicações financeiras	classificadas como equiva	alentes de caixa	14.055	10.367	14.359	21.751

Aplicações financeiras retidas

			Controla	ıdora	Consoli	dado
	Taxa		Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
Compromissada	105,5%	CDI		-	7.332	3.524
Compromissada	106,0%	CDI		=_	<u> </u>	7.618
Aplicações financeiras re	etidas		-	-	7.332	11.142

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juro e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 5.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2017, o grupo de títulos e valores mobiliários era composto por quotas de fundos exclusivos. Os fundos são exclusivamente para o benefício da Companhia, administrados por terceiros que cobram taxas de gestão e administração, e foram consolidados pela Companhia.

Os investimentos são ajustados ao valor de mercado, com as alterações em valor justo refletidas em outros resultados abrangentes uma vez que a Companhia classificou estes investimentos como "disponíveis para venda".

Estes investimentos referem-se principalmente a certificados de depósitos bancários e letras financeiras do tesouro, com prazos de vencimentos superiores há 90 dias, remunerados a taxas pós-fixadas, motivo pelo qual os rendimentos e variações foram integralmente registrados no resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

			Consolida	ado	
	Vencimento	Taxa		Dez/2017	Dez/2016
Circulante					
BNYM	(*)	95%	CDI	310	-
LFT	01/09/2018	100%	SELIC	2.999	-
LTNO	01/07/2018	99%	SELIC	420	-
LF	De 15/02/2018 a 01/11/2018	De 105,4% a 110%	CDI	8.140	28.357
LFS	De 09/05/2018 a 12/12/2018	100% a 112,15%	CDI	5.502	28.653
BB CDI	(*)	98,01%	CDI	62.516	43.979
				79.887	100.989
Não Circulante					
LFT	De 01/03/2020 a 01/09/2023	100%	SELIC	11.733	33.745
LF e LFS	De 31/01/2019 a 06/09/2019	De 105,5% a 110%	CDI	1.706	10.932
				13.439	44.677
				93.326	145.666

^(*) Tratam-se de aplicações financeiras sem vencimento fixo contratual, tendo disponibilidade imediata de resgate.

Os referidos fundos de investimento não têm obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos, taxas de custódia, às taxas de auditoria e a despesas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Contas a receber de clientes

	Consolidado		
	Dez/2017	Dez/2016	
Clientes a receber - mercado interno	50.358	61.389	
Clientes a receber - exterior	3.218	9.042	
	53.576	70.431	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(807)	(4.277)	
	52.769	66.154	

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	Dez/2017	Dez/2016	
Saldo no início do exercício	(4.277)	(3.350)	
Adições	(500)	(3.357)	
Realizações	2.710	-	
Baixas/ Reversões	1.260	2.430	
Saldo no final do exercício	(807)	(4.277)	

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a posição das contas a receber vencidas e a vencer é a seguinte:

	Consolidado	
	Dez/2017	Dez/2016
Valores vencidos		
Até 30 dias	8.771	8.180
31 a 60 dias	5.190	5.352
61 a 90 dias	1.384	2.428
91 a 120 dias	1.555	751
121 a 150 dias	661	783
151 a 180 dias	57	240
mais de 181 dias	5.238	11.858
	22.856	29.592
A vencer		
Até 30 dias	5.363	10.383
31 a 60 dias	2.725	14.409
61 a 90 dias	7.866	5.578
91 a 120 dias	9.072	3.349
121 a 150 dias	2.926	1.781
151 a 180 dias	1.390	1.356
mais de 181 dias	1.378	3.983
	30.720	40.839
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(807)	(4.277)
	52.769	66.154
		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Contas a receber de clientes--Continuação

Com base nas taxas de inadimplência históricas, a Administração acredita que nenhuma provisão para redução no valor recuperável adicional é necessária com relação às contas a receber. Do saldo total de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2017, 74% são de títulos vencidos até 120 dias (56% em 31 de dezembro de 2016). O montante devido pelos clientes mais importantes da Companhia e sua controlada estão classificados como a vencer até 120 dias.

Do montante dos vencidos, 25% estão concentrados em três clientes, sendo estes valores vinculados, principalmente, a eventos físicos conforme mencionado na nota explicativa 5.a.

10. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de matéria-prima, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos gastos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

	Consolidado		
	Dez/2017	Dez/2016	
Produtos acabados	15.377	18.204	
Produtos em elaboração	23.037	15.073	
Matérias-primas	38.046	36.120	
Adiantamentos a fornecedores	5.736	1.390	
Provisão para perdas	(4.065)	(5.687)	
	78.131	65.100	

A Companhia e sua controlada constituem provisão para perdas calculada sobre os itens obsoletos ou de baixa rotatividade, apurados pelo seu valor realizável líquido, registrando-a diretamente no resultado do exercício.

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	Dez/2017	Dez/2016	
Saldo no início do exercício	(5.687)	(7.990)	
Adições	(1.643)	(738)	
Baixas/ Realizações	3.265	3.041	
Saldo no final do exercício	(4.065)	(5.687)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Impostos a recuperar

Circulante -	Consolid	lado	
Circulante	Dez/2017	Dez/2016	
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	19.307	12.122	
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	16.857	5.479	
PIS/COFINS a recuperar	1.836	3.534	
REINTEGRA - Decreto 7633/11	1.886	100	
Imposto de Renda e Contribuição Social	21.034	20.194	
Outros	1.461	1.735	
- -	62.381	43.164	
Não circulante	Consolidado		
Nao circulante	Dez/2017	Dez/2016	
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	260	539	
	260	539	

12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base na alíquota fiscal vigente. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no resultado abrangente, para os quais, o imposto também é reconhecido no resultado abrangente.

O reconhecimento do imposto diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas sobre o resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
-	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	(30.476)	(23.448)	(37.200)	(38.631)
Resultado da equivalência patrimonial	41.320	25.182	· -	-
Outras adições permanentes	191	355	2.001	1.380
Base de cálculo	11.035	2.089	(35.199)	(37.251)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota efetiva	(3.752)	(710)	11.968	12.665
IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos não constituídos	-	-	(8.014)	-
Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal e base				
negativa de anos anteriores	-	1.832	-	1.832
Outros	(29)	202	(1.011)	2.010
Imposto de renda e contribuição social	(3.781)	1.324	2.943	16.507
Alíquota fiscal efetiva	(34%)	63%	(8%)	(44%)
Corrente	(2.291)	(1.768)	(2.342)	(1.765)
Diferido	(1.490)	3.092	5.285	18.272

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia atualizou suas projeções de resultado mantendo o registro de imposto diferido ativo até o limite que julga provável de realização num período razoável de tempo (não superior a 10 anos).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

As projeções indicam que o saldo de créditos tributários registrado contabilmente em 31 de dezembro de 2017 será absorvido por lucros tributáveis estimados para os próximos 10 anos, conforme demonstrado abaixo:

_	Controladora			Controladora				Consolidado
Exercício	IRPJ	CSLL	TOTAL	% de Realização	IRPJ	CSLL	TOTAL	% de Realização
2018	960	346	1.306	7,87%	2.501	901	3.402	2,23%
2019	1.067	384	1.451	8,74%	6.010	2.163	8.173	5,37%
2020	1.100	396	1.496	9,01%	8.793	3.166	11.959	7,85%
2021	1.210	436	1.646	9,92%	11.019	3.967	14.986	9,84%
De 2022 à 2028	7.866	2.832	10.698	64,46%	83.662	30.118	113.780	74,71%
	12.203	4.394	16.597	100,00%	111.985	40.315	152.300	100,00%

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Kepler Webe	r S.A	Kepler Weber Indu	ustrial S.A
Ativo	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
Prejuízo fiscal e base negativa	15.584	16.562	112.744	105.008
Diferenças temporárias	1.013	2.064	22.959	22.567
,	16.597	18.626	135.703	127.575
Passivo				
Reserva de reavaliação a realizar	173	1.040	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	15.004	15.528	7.607	8.204
Depreciação fiscal x societário	998	146	15.359	13.176
IRPJ/CSLL Capitalização de juros	-	-	1.297	1.480
	16.175	16.714	24.263	22.860
Impostos diferidos, líquidos	422	1.912	111.440	104.715

	Controla	dora	Consolidado	
Ativo não circulante	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
Imposto diferido ativo de prejuízo fiscal e diferenças temporárias	16.597	18.626	152.300	146.201
Compensação imposto diferido passivo	(16.175)	(16.714)	(40.438)	(39.574)
Saldo imposto diferido ativo	422	1.912	111.862	106.627
	Controla	dora	Consoli	dado
Passivo não circulante	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
Imposto diferido passivo	16.175	16.714	40.438	39.574
Compensação imposto diferido passivo	(16.175)	(16.714)	(40.438)	(39.574)
Saldo imposto diferido passivo	-	<u> </u>		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Abaixo segue a composição das diferenças temporárias que foram reconhecidas pela Companhia e sua controlada no exercício:

Controladora	Diferenças temporárias reconhecidas de imposto de renda e contribuição social	Imposto de renda e contribuição social diferidos
Provisão para contingências	82	28
Outras provisões	2.898	985
	2.980	1.013
Consolidado	Diferenças temporárias reconhecidas de imposto de renda e contribuição social	Imposto de renda e contribuição social diferidos
Provisão para devedores duvidosos	807	274
Provisão para obsolescência de estoques	5.017	1.706
Provisão de fretes a pagar	879	299
Provisão para contingências	17.218	5.854
Provisão de comissões a pagar	6.503	2.211
Provisão de garantias	7.851	2.669
Diferimento da receita de montagem	20.567	6.993
Outras provisões	13.532	4.601
Depreciação acelerada	(2.540)	(635)
	69.834	23.972

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía saldo de prejuízo fiscal a compensar e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 33.493 (R\$ 33.614 em 31 de dezembro de 2016), e R\$ 23.570 na controlada Kepler Weber Industrial S.A. que não foram base de registro de imposto de renda e contribuição social diferidos. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, no montante de R\$ 11.388 e R\$ 8.014 respectivamente, pois não é possível assegurar neste momento, com razoável grau de certeza, que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Investimentos

O investimento da Companhia em sua controlada é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

a) Os investimentos na controlada apresentam os seguintes saldos:

	Kepler Weber Industrial S.A.		
	Dez/2017	Dez/2016	
Participação	100%	100%	
Quantidade de ações ou quotas	256.733.319	256.733.319	
Ativos circulantes	282.341	300.764	
Ativos não circulantes	354.604	387.115	
Total de ativos	636.945	687.879	
Passivos circulantes	226.999	204.538	
Passivos não circulantes	49.943	82.018	
Total de passivos	276.942	286.556	
Patrimônio líquido	360.003	401.323	
Receita	578.375	475.298	
Despesas	(619.695)	500.480	
Prejuízo	(41.320)	(25.182)	
Equivalência patrimonial	(41.320)	(25.182)	

b) <u>Movimentação do investimento na controlada</u>:

	2017	2016
Saldo inicial	401.323	426.505
Equivalência patrimonial	(41.320)	(25.182)
Saldo final	360.003	401.323

14. Propriedade para investimentos

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos.

A Companhia adotou o custo atribuído, suportado por Laudo Técnico de Avaliação, para mensuração das propriedades para investimento em 1º de janeiro de 2009. A média de vida útil remanescente estimada é de 25 anos. Terrenos onde estão localizadas as edificações arrendadas não são depreciáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Propriedade para investimento--Continuação

O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A depreciação decorrente da utilização do método de custo para mensuração de propriedade para investimento é calculada da mesma forma mencionada em nota específica de Imobilizado.

Uma propriedade para investimento nas demonstrações financeiras da controladora é reclassificada para o ativo imobilizado no balanço patrimonial consolidado quando ela é alugada para utilização no curso normal das operações de uma controlada incluída nas demonstrações consolidadas.

A Companhia avalia anualmente o valor justo das propriedades para investimento e para 31 de dezembro de 2017 não identificou qualquer diferença significativa para o valor contábil.

a) Composição de propriedades para investimento

		Controladora				
				Dez/2017	Dez/2016	
	Taxa de depreciação média ponderada %	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido	
Itens						
Terrenos	-	20.301	-	20.301	20.301	
Prédios e benfeitorias	2%	59.595	(24.740)	34.855	36.798	
Instalações	10%	3.855	(3.554)	301	345	
		83.751	(28.294)	55.457	57.444	
			Consol	idado		
				Dez/2017	Dez/2016	
	Taxa de depreciação média ponderada %	Custo	Depreciação	Valor Líquido	Valor Líquido	
Itens						
Terrenos	-	8.804	-	8.804	8.804	
Prédios e benfeitorias	2%	9.399	(4.015)	5.384	5.661	
		18.203	(4.015)	14.188	14.465	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Propriedade para investimentos--Continuação

b) Movimentação do valor residual líquido de propriedades para investimento

		Controladora			
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Valor residual líquido em 31/12/2016	Depreciação	Valor residual líquido em 31/12/2017	
Itens	•				
Terrenos	-	20.301	-	20.301	
Prédios e benfeitorias	2%	36.798	(1.943)	34.855	
Instalações	10%	345	(44)	301	
	=	57.444	(1.987)	55.457	
			Consolidado		
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Valor residual líquido em 31/12/2016	Depreciação	Valor residual líquido em 31/12/2017	
Itens					
Terrenos	-	8.804	-	8.804	
Prédios e benfeitorias	2%	5.661	(277)	5.384	
		14.465	(277)	14.188	

15. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Imobilizado--Continuação

a) Composição do ativo imobilizado

		Controladora				
	<u> </u>			Dez/2017	Dez/2016	
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido	
Itens	400/	_	(4)			
Máquinas e equipamentos	10%	1	(1)	400	-	
Móveis e utensílios	10%	240	(137)	103	119	
Equipamentos de informática	20%	444	(397)	47 150	71	
	_	685	(535)	150	190	
		Consolidado				
				Dez/2017	Dez/2016	
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido	
Itens		_				
Terrenos	-	11.772	-	11.772	11.772	
Prédios e benfeitorias	2%	102.933	(42.171)	60.762	64.718	
Instalações	10%	30.275	(21.582)	8.693	9.063	
Máquinas e equipamentos	7%	239.776	(113.645)	126.131	133.948	
Móveis e utensílios	10%	8.458	(5.335)	3.123	3.735	
Veículos	18%	224	(224)	-	32	
Equipamentos de informática	21%	15.169	(11.106)	4.063	4.293	
Arrendamento Mercantil	21%	396	(185)	211	290	
Imobilizações em andamento	-	6.054	-	6.054	788	
Adiantamentos a fornecedores		<u>-</u>			30	
		415.057	(194.248)	220.809	228.669	

b) Movimentação do custo e depreciação

	Controladora					
Itens	Valor residual líquido em 31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	Valor residual líquido em 31/12/2017	
Móveis e utensílios	119		-	(16)	103	
Equipamentos de informática	71	-	-	(24)	47	
Imobilizações em andamento	-	66	(66)	` <u>-</u>	-	
	190	66	(66)	(40)	150	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação do custo e depreciação--Continuação

	Consolidado					
	Valor residual líquido em 31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Valor residual líquido em 31/12/2017
Itens						
Terrenos	11.772	-	-	-	-	11.772
Prédios e benfeitorias	64.718	-	(41)	(3.951)	36	60.762
Instalações	9.063	-	(94)	(1.244)	968	8.693
Máquinas e equipamentos	133.948	-	(298)	(11.843)	4.324	126.131
Móveis e utensílios	3.735	-	(86)	(550)	24	3.123
Veículos	32	-	-	(32)	-	-
Equipamentos de informática	4.293	-	(141)	(1.601)	1.512	4.063
Arrendamento Mercantil	290	-	-	(79)	-	211
Imobilizações em andamento	788	12.346	(201)	-	(6.879)	6.054
Adiantamentos a fornecedores	30	-	(30)	-	-	-
	228.669	12.346	(891)	(19.300)	(15)	220.809

c) Garantia

O valor hipotecado e alienado relacionado a bens em garantia de financiamentos e empréstimos em 31 de dezembro de 2017 totaliza R\$ 19.999 e R\$ 10.705, respectivamente (em 31 de dezembro de 2016 totalizavam R\$ 19.999 e R\$ 12.943, respectivamente). O valor referente à penhora de bens decorrente de processos fiscais, trabalhistas e cíveis em litígio totaliza R\$ 1.090 em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

d) Reavaliações de anos anteriores

	Controladora e Consolidado						
•			Dez/2017			Dez/2016	
	Valor reavaliado em 31/12/2017	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor reavaliado em 31/12/2016	Depreciação acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	510	-	510	3.049	-	3.049	
Prédios	2.017	(2.017)		6.945	(6.945)	-	
	2.527	(2.017)	510	9.994	(6.945)	3.049	

Reavaliações de anos anteriores referem-se a saldos de reavaliações realizadas em 1984 e 1991.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Intangível

Os ativos intangíveis são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Conforme divulgando na nota explicativa do imobilizado, a Companhia capitaliza custos de empréstimos.

		Controladora		
			Dez/2017	Dez/2016
	Taxa de amortização % a.a.	Custo	Valor líquido	Valor líquido
Itens				
Marcas e patentes	-	1.280	1.280	1.280
		1.280	1.280	1.280

		Consolidado			
	_			Dez/2017	Dez/2016
	Taxa de amortização % a.a.	Custo	Amortização	Valor Líquido	Valor Líquido
Itens					
Desenvolvimento de produtos	20%	1.727	(595)	1.132	1.406
Marcas e patentes	-	1.282	-	1.282	1.282
Softwares e Licenças	20%	63.741	(25.943)	37.798	38.157
Intangível em andamento	<u>-</u> _	7.218		7.218	8.052
	_	73.968	(26.538)	47.430	48.897

A movimentação de custo e amortização de intangível para os saldos consolidados estão apresentados abaixo:

	Consolidado					
	Valor residual líquido em 31/12/2016	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Valor residual líquido em 31/12/2017
Itens						
Desenvolvimento de						
produtos	1.406	-	-	(274)	-	1.132
Marcas e patentes	1.282	-	-	` <u>-</u>	-	1.282
Software e Licenças	38.157	-	(49)	(6.804)	6.494	37.798
Intangível em andamento	8.052	5.645	` -	•	(6.479)	7.218
-	48.897	5.645	(49)	(7.078)	15	47.430

Os saldos de "softwares e licenças" estão relacionados, principalmente, ao processo de desenvolvimento e implantação do novo sistema integrado de gestão SAP, o qual teve seu "go live" em janeiro de 2015, substituindo o sistema integrado de gestão anterior. Os valores correspondentes ao "intangível em andamento" correspondem a investimentos em módulos do SAP que ainda estão em fase de implantação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Financiamentos e empréstimos

			Consolidado			
				Dez/2017		Dez/2016
Itens	Vencimentos	Encargos	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional						
FINEP (projetos de novos produtos) EXIM (compra de matéria-prima para fins	Outubro 2022 Dezembro	4,00% a.a. 11,00% a	7.921	21.409	7.665	27.992
de exportação) FINAME (aquisição de máquinas e	2018	12,00% a.a. 3,00% a	29.922	-	40.107	29.485
equipamentos)	Outubro 2024	10,00 % a.a.	2.117	8.615	2.273	10.705
			39.960	30.024	50.045	68.182
Moeda estrangeira FINIMP (importação de máquinas e						
equipamentos)	Agosto 2018	4,16% a.a.	9.527	-	-	-
			9.527			
			49.487	30.024	50.045	68.182

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2017 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Consolidado
Ano de Vencimento	Dez/2017
2019	9.846
2020	7.410
2021	5.840
2022	4.955
Após 2022	1.973
	30.024

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Debêntures e Bônus de Subscrição

Em novembro de 2014, a Companhia liquidou de forma antecipada o saldo em aberto relativo às debêntures, no montante de R\$42.640.

Ao subscritor de cada debênture foi conferido, como vantagem adicional, um bônus de subscrição 2007 ("Bônus 2007"), totalizando no momento inicial 154.168 Bônus 2007, com direito de subscrever uma quantia de ações ordinárias, mediante dação em pagamento de uma debênture para cada bônus, à razão do valor nominal unitário de R\$ 908,10 (novecentos e oito reais e dez centavos) acrescidos do montante de juros capitalizados das debêntures, dividido pelo preço de exercício atualizado. O preço de exercício é de R\$ 0,3027 (valor expresso em centavos de real) por ação, atualizado pela mesma forma de atualização do saldo devedor das debêntures. Os Bônus 2007 são válidos até 15 de outubro de 2020. Em 31 de dezembro de 2017 permanecem em circulação 772 Bônus 2007.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de agosto de 2014 foi aprovada a emissão privada de até 180.000 (cento e oitenta mil) novos bônus de subscrição ("Bônus 2014"), com série única, ao valor nominal unitário de R\$ 613,00 (seiscentos e treze reais), podendo o subscritor pagar a totalidade do preço de subscrição dos bônus por meio de dação em pagamento, mediante a entrega dos Bônus 2007 de que for titular, obedecendo a relação de um por um.

Cada Bônus 2014 conferirá a seu titular o direito de subscrever 23 (vinte e três) ações ordinárias de emissão da Companhia, mediante o pagamento do preço de exercício de R\$38,66 (trinta e oito reais e sessenta e seis centavos) por ação, totalizando até 4.140.000 (quatro milhões, cento e quarenta mil) ações ordinárias.

Os Bônus 2014 são válidos desde sua data de emissão até 15 de junho de 2021, podendo ser exercidos a qualquer tempo, a partir da data da homologação, até a data do vencimento dos bônus, a exclusivo critério de seu titular. As ações ordinárias de emissão da Companhia resultantes do exercício dos direitos conferidos pelos Bônus 2014 terão as mesmas características e condições e gozarão dos mesmos direitos e vantagens estatutárias, atribuídos atualmente e no futuro às ações ordinárias de emissão da Companhia hoje existentes. As novas ações participarão de forma integral em eventual distribuição de dividendo e/ou juros sobre capital próprio que vierem a ser aprovados pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Debêntures e Bônus de Subscrição--Continuação

Em 09 de outubro de 2014, houve a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") onde se homologou a emissão de 180.000 (cento e oitenta mil) Bônus de Subscrição 2014. Os Bônus 2014 podem ser negociados pelos seus detentores no mercado secundário da BM&FBOVESPA a partir de 10 de outubro de 2014. Nesta mesma Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") também foram extintos 107.621 Bônus 2007 recebidos pela Companhia como dação em pagamento do preço de subscrição de quantidade equivalente dos Bônus 2014.

O montante de R\$44.368, recebido pela Companhia como prêmio na emissão de 72.739 Bônus 2014, foi registrado como reserva de capital no patrimônio líquido. Este montante representa um prêmio equivalente a R\$613,00 (seiscentos e treze reais) por bônus.

Considerando os "Termos e Condições Gerais da Emissão dos Bônus de Subscrição pela Kepler Weber S.A. 2014", incluído como Anexo I à ata da Assembleia Geral Extraordinária de 18 de agosto de 2014, a Companhia classificou os mesmos como instrumentos de patrimônio. Desta forma, os recursos a serem recebidos quando do exercício dos Bônus 2014, serão registrados em contrapartida do patrimônio líquido no momento da subscrição das respectivas ações pelos detentores dos Bônus 2014.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não houve aumento de capital relativo ao exercício de Bônus 2014 ou Bônus 2007.

19. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia oferece a seus empregados um plano de previdência na modalidade de contribuição definida. As contribuições da Companhia são efetuadas na paridade de um para um, ou seja, para cada R\$1 (um real) de contribuição do colaborador a Companhia contribui com R\$1 (um real). No plano de contribuição definida, nenhum passivo de longo prazo é reconhecido. Os valores de contribuições reconhecidas na demonstração do resultado do exercício, no grupo de "despesas administrativas e gerais", estão apresentados abaixo:

ConsolidadoDez/2017Dez/2016Contribuições reconhecidas para benefícios de previdência238376

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Partes relacionadas

	Controladora		
	Kepler Weber Industrial S.A.	Dez/2017	Dez/2016
Ativo	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
Depósitos bancários	-	-	4
Ressarcimento de despesas	217	217	227
Aluguel	666	666	635
Royalties	535	535	467
•	1.418	1.418	1.333

(*) Os depósitos bancários estão apresentadas na rubrica de caixa e equivalentes de caixa.

	Consolida	ado	
	Banco do Brasil S.A.	Dez/2017	Dez/2016
Ativo circulante			
Depósitos bancários	-	-	4
Aplicações financeiras	407	407	1.288
Títulos e valores mobiliários	62.516	62.516	43.979
	62.923	62.923	45.271

(*) Os depósitos bancários e as aplicações financeiras estão apresentadas na rubrica de caixa e equivalentes de caixa.

	Consolidado		
	Banco do Brasil S.A.	Dez/2017	Dez/2016
Passivo circulante			_
Honorários a pagar	-	-	-
Empréstimos bancários	42.703	42.703	64.225
	42.703	42.703	64.225

^(*) O BB Banco de Investimento S.A. é acionista da Companhia.

Os royalties e os ressarcimentos de despesas estão apresentados na rubrica de "Partes relacionadas". Os honorários a pagar estão apresentados na rubrica de "Outras contas a pagar".

O resultado com partes relacionadas está demonstrado nos quadros abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Partes relacionadas--Continuação

		Controlador	·a	
	Kepler Weber Industrial S.A.	Conselho de	Dez/2017	Dez/2016
Resultado				
Outras receitas (aluguéis)	7.902	-	7.902	7.435
Outras receitas (royalties)	5.843	-	5.843	4.686
Ressarcimento de despesas	2.251	-	2.251	2.151
Receitas aplicações financeiras e títulos e				
valores mobiliários	79	-	79	-
Honorários da administração	-	(2.812)	(2.812)	(2.912)
		Consolidado		
	Banco do Brasil	Diretores e Conselho de	D /0047	D (0040
B # 1	S.A	Administração	Dez/2017	Dez/2016
Resultado				
Receitas sobre aplicações financeiras	379	-	379	617
Receitas sobre títulos e valores imobiliários	2.863	-	2.863	5.600
Honorários da administração	-	(3.684)	(3.684)	(3.969)
Despesas financeiras	(4.473)	-	(4.473)	(5.200)

- (a) A Controladora Kepler Weber S.A. possui contrato de locação comercial e aditivo de contrato com vigência até 18 de junho de 2022 com a sua controlada Kepler Weber Industrial S.A..
- (b) Há um contrato de cessão onerosa para uso das marcas entre a Controladora Kepler Weber S.A. e sua controlada e subsidiária integral Kepler Weber Industrial S.A. com vigência até 1º de abril de 2020.
- (c) As operações realizadas com o acionista BB Banco de Investimento S.A. consideram condições usuais de mercado, sendo que a Companhia incorria em gastos anuais por comissão de fiança oferecida para as debêntures mencionadas na nota explicativa 18.

Os contratos de aluguel e pagamento de *royalties* foram realizados em condições específicas entre as partes e poderiam ser diferentes caso realizados com terceiros não relacionados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Remuneração da Administração

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/E) realizada em 27 de abril de 2017, foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$10.361 que incluem honorários e gratificações, para o período de maio de 2017 a abril de 2018.

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
Honorários e gratificações	2.624	2.657	3.411	3.583
Benefícios diretos e indiretos	188	255	273	386
	2.812	2.912	3.684	3.969

Programa de Incentivos de Longo Prazo

O Programa de Incentivos de Longo Prazo terá seu valor determinado pelo Conselho de Administração com base em múltiplos da verba honorária de cada beneficiário, sendo que 1/3 do prêmio será pago em moeda corrente nacional e em até cinco dias da outorga e os restantes 2/3 serão pagos, a critério da Companhia, em moeda corrente nacional ou por meio da entrega das ações, em duas parcelas iguais, a primeira no prazo de 12 (doze) meses após a data da outorga e a segunda no prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a data de outorga.

O Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às ações a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de junho de 2014 foi aprovada primeira outorga do Programa de Incentivos de Longo Prazo, totalizando R\$1.273. Deste montante, R\$425 foram pagos no exercício de 2014, R\$ 424 foram pagos no exercício de 2015 e R\$424 foram pagos no exercício de 2016.

Plano de Opções de Compra de Ações

O custo de transações com funcionários, liquidado com instrumentos patrimoniais, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Remuneração da administração--Continuação

Plano de Opções de Compra de Ações--Continuação

O Plano de Compra de Ações tem por objetivo permitir que as pessoas elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis; e (c) possibilitar a Companhia atrair e manter a ela(s) vinculados as pessoas elegíveis.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de junho de 2014 foi aprovada a primeira outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da primeira outorga do Plano de Opções é de 87.019 opções.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de julho de 2015 foi aprovada a segunda outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da segunda outorga do Plano de Opções é de 150.257 opções.

As ações iniciais adquiridas estarão sujeitas a um período de *lock-up* de três anos a contar da data de outorga, período no qual os beneficiários não poderão alienar ou onerar sob qualquer forma suas ações adquiridas, sob pena de perda do direito do exercício das opções. As opções possuem período de carência de três anos vinculado à permanência do beneficiário na Companhia.

Cada opção dará direito ao beneficiário de adquirir 1 (uma) ação, sujeito aos termos e condições estabelecidas no respectivo contrato de opções.

O Plano de Opção de Compra de Ações permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

A composição dos planos de opções, considerando os prazos de carência para exercício das opções, o valor justo das opções e suas premissas, está demonstrada a seguir:

	1ª Outorga Jul/	2014
Lote	I	II
Prazo de carência a partir da outorga	03/07/2017	04/07/2017
Quantidade de ações a partir do terceiro aniversário	68.726	18.293
Preço de exercício - (R\$)	39,35	39,35
Valor justo por opção - (R\$)	21,32	21,61
Volatilidade do preço da ação	33,79%	33,79%
Taxa de juro livre de risco	11,89%	11,89%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Remuneração da Administração--Continuação

Plano de Opções de Compra de Ações--Continuação

	2ª Outo	orga Jul/2015	
Lote	I	II	III
Prazo de carência a partir da outorga	06/07/2018	07/07/2018	08/07/2018
Quantidade de ações	105.815	27.920	16.522
Preço de exercício - (R\$)	27,65	27,65	27,65
Valor justo por opção - (R\$)	13,86	13,97	14,06
Volatilidade do preço da ação	38,70%	38,70%	37,70%
Taxa de juro livre de risco	12,62%	12,62%	12,62%

Para todos os planos de opções, o valor justo é estimado na data da concessão usando o modelo de precificação denominado binomial.

A movimentação do plano de opções está demonstrada a seguir:

	1ª Outorga	2ª Outorga
Saldo em 31/12/2016	68.726	122.337
Saldo em 31/12/2017	68.726	122.337

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Controladora contabilizou como despesa de valor justo referente ao Plano de Opções de Compra de Ações R\$754 (R\$959 em 31 de dezembro de 2016), reconhecendo correspondente aumento no patrimônio líquido.

22. Impostos a recolher

Circulante	Controlad	lora	Consolida	ido
	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
ICMS a pagar	-	-	253	163
PIS/COFINS a pagar	115	105	115	1.161
Parcelamento IOF - Lei 11.941/09	674	639	674	639
Parcelamento contencioso tributário - Lei 11.941/09	-	-	257	244
Imposto de Renda e CSLL	206	320	1.498	2.246
Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)	-	-	897	-
Outros	<u> </u>	2	488	386
-	995	1.066	4.182	4.839
Não circulante	Controlad	lora	Consolid	ado
_	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
Parcelamento IOF - Lei 11.941/09	3.928	4.363	3.928	4.363
Parcelamento contencioso tributário - Lei 11.941/09	-	-	1.405	1.645
Imposto de Renda e CSLL	-	<u> </u>	1.248	2.103
<u> </u>	3.928	4.363	6.581	8.111

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Impostos a recolher-Continuação

Em 30 de novembro de 2009 a Companhia e sua controlada aderiram ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei 11.941/09. Em junho de 2011 a Companhia realizou a consolidação destes débitos junto à Receita Federal do Brasil. A Companhia está cumprindo com suas obrigações inerentes ao parcelamento.

Adicionalmente, em 11 de setembro de 2017 a Companhia solicitou adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT (Lei nº 13.496/2017) após desistência do processo de número 13062.000017/2003-35 no montante total de R\$ 1.121 (R\$ 374 de principal e R\$ 747 a título de multa de juros). Durante o exercício, a Companhia quitou R\$ 224 e o restante do valor de R\$ 897, será quitado por compensação de prejuízo fiscal. No momento, aguarda-se a consolidação dos parcelamentos realizados junto à Receita Federal.

23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na opinião de seus consultores legais externos.

Em 31 de dezembro, a Companhia apresentava os seguintes saldos de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	Controladora	1
_	Provisão para riscos tributá	ários, cíveis e trabalhistas
Itens	Dez/2017	Dez/2016
Trabalhistas e previdenciárias	30	164
Tributárias	52	45
	82	209

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas -- Continuação

		Controlador	a
		Reversão	
Dez/2016	Adição de provisão	de provisão	Dez/2017
164	64	(198)	30
45	7	-	52
209	71	(198)	82
	164 45	Dez/2016 provisão 164 64 45 7	Adição de provisão de provisão 164 64 (198) 45 7 -

	Consolidado)	
	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		
Itens	Dez/2017	Dez/2016	
Trabalhistas e previdenciárias	4.549	6.185	
Tributárias	52	1.193	
Cíveis	12.617	2.712	
	17.218	10.090	

	Consolidado					
Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Dez/2016	Adição de provisão	Reversão de provisão	Dez/2017		
Trabalhistas e previdenciárias	6.185	1.917	(3.553)	4.549		
Tributárias	1.193	7	(1.148)	52		
Cíveis	2.712	13.553	(3.648)	12.617		
	10.090	15.477	(8.349)	17.218		

<u>Processos trabalhistas e previdenciários</u>: consistem, principalmente, em reclamações trabalhistas de ex-empregados e estão vinculados a discussões sobre verbas oriundas do contrato de trabalho.

<u>Processos tributários</u>: são processos que envolvem discussões sobre créditos fiscais não homologados, ressarcimentos, base de cálculo para contribuição, impostos e glosa de crédito em pedido de restituição de COFINS e pedido de ressarcimento de IPI.

<u>Processos cíveis:</u> a principal ação está relacionada com indenização por responsabilidade civil e decorre das atividades operacionais das empresas. A maior parte da provisão de processos cíveis no período se refere a desdobramentos desfavoráveis em um processo com risco de perda estimado no montante de R\$ 8.860. Esta ação de indenização cível por danos foi proposta em 01/08/2005, teve sentença parcialmente procedente, julgamento das apelações, embargos declaratórios da Kepler Weber desacolhidos e, atualmente, aguarda julgamento de recurso especial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

<u>Passivos contingentes</u>: a Companhia e sua controlada também são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros, cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pela Administração e seus consultores jurídicos, para os quais não há provisão constituída.

Dentre estes processos destaca-se o Auto de Lançamento emitido pela Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul, lavrado em 09 de outubro de 2015, contra a Controlada Kepler Weber Industrial S/A sustentando infração à legislação tributária relativa ao ICMS em determinadas operações do estabelecimento localizado em Panambi, RS. O crédito tributário atualizado objeto do Auto de Lançamento é de R\$ 46.195 onde R\$ 20.439 refere-se ao valor principal e R\$ 25.756 à multa e juros. O processo permanece na instância administrativa estadual aguardando julgamento do Recurso Extraordinário ao Pleno do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (protocolado em 05 de fevereiro de 2018) contra o julgamento havido em 13 de dezembro de 2017 pela Segunda Câmara, quando foi negado provimento ao Recurso Voluntário. O Recurso Extraordinário está fundado em divergência com dois julgamentos proferidos pela Primeira Câmara do mesmo Tribunal Administrativo (decisões paradigmas) que em situação equivalente concluíram pela total insubsistência do lançamento que apreciavam. O Recurso que aguarda julgamento pretende fazer prevalecer a mesma conclusão de insubsistência do lançamento que foi alcançada quando do julgamento dos paradigmas. Permanece suspensa a exigibilidade e os advogados da Companhia classificaram como possível o risco de perda em relação ao mérito, embora a possibilidade de um desfecho desfavorável, que resulte na saída de recursos financeiros para sua Controlada, continua sendo considerado como remoto.

Os demais processos, que apresentam risco de perda possível, totalizam os seguintes montantes:

Tipo de processo	Dez/2017	Dez/2016
Trabalhistas	2.033	889
Tributárias	4.965	4.844
Cíveis	62.284	19.959
	69.282	25.692

Os processos cíveis com risco de perda possível se referem, principalmente, a demandas de clientes da Companhia, os quais tiveram decisão desfavorável em primeira instância, sendo que o maior montante se refere a um processo, com risco de perda estimado em aproximadamente R\$ 51.800. Este processo foi proposto em 1998 e redistribuído em 09/08/2000, e discute responsabilidade civil decorrente de uma obra. O processo está no Tribunal de Justiça de São Paulo aguardando julgamento de recurso de apelação em segunda instância.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

A Controlada da Companhia ajuizou em 14 de março de 2017 Medida Judicial pleiteando a exclusão do valor do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A sentença de primeira instância foi proferida em 25 de julho de 2017, concedendo o direito para que pudesse excluir de suas operações futuras o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Tendo por base esta sentença a Controlada da Companhia passou a não mais oferecer a base de tributação das contribuições ao PIS/COFINS os valores de ICMS. Essa exclusão refletiu no não recolhimento do PIS e da COFINS no montante de R\$ 2.841. Ressalte-se que esta decisão é de primeira instância e o processo encontra-se no TRF da 4a Região aguardando decisão dos Recursos de Apelação e Remessa de Ofício podendo ser ou não mantida. Entretanto, com base na decisão do STF comentada a seguir e na opinião dos seus consultores jurídicos, a Companhia e sua Controlada concluíram que não é provável o desembolso de caixa em relação aos valores não recolhidos.

O STF julgou o mérito da matéria e decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS, em linha com a tese pleiteada pela Controlada. Vale destacar que, apesar da decisão quanto ao mérito, o caso ainda aguarda julgamento de embargos de declaração apresentado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, principalmente no que se refere à modulação de efeitos da decisão de mérito.

Para os períodos anteriores à data do ajuizamento da medida judicial supra mencionada, e não prescritos, a Controlada deverá aguardar o trânsito em julgado do seu processo judicial, bem como a decisão final do STF que definirá o período beneficiado bem como a forma de aproveitamento do crédito tributário (compensação com outros tributos federais ou precatório).

A Controlada e seus assessores estimam que a decisão não limitará o direito da ação judicial proposta a partir de 14 de março de 2017, data do ajuizamento da ação, no entanto, os elementos do processo ainda estão pendentes de decisão e não permitem o reconhecimento do ativo relativo aos créditos a serem levantados para o período de março de 2012 a julho de 2017. Com base em levantamento preliminar a partir das informações disponíveis em 31 de dezembro de 2017, a Controlada estima o valor potencial dos créditos, incluindo atualização monetária, em aproximadamente R\$ 52.300.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros

a) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Ativos
Caixa e equivalentes de caixa
Títulos e valores mobiliários -
circulante
Passivos
Fornecedores

				Controladora			
				Dez/2017			Dez/2016
Nota	Valor justo através do resultado	Disponíveis para venda	Custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total
7	14.057	-	-	14.057	10.373	=	10.373
8	-	6.695	-	6.695	-	-	-
	14.057	6.695	(181) (181)	(181) 20.571	10.373	(130) (130)	(130) 10.243

					Conso	lidado			
					Dez/2017				Dez/2016
	Nota	Valor justo através do resultado	Disponíveis para venda	Custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Disponíveis para venda	Custo amortizado	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	7	14.424	-	-	14.424	21.790	-	-	21.790
Aplicações financeiras retidas	_								
– circulante	7	7.332	-	-	7.332	11.142	-	=	11.142
Títulos e valores mobiliários –	0		70.007		70.007		400.000		400.000
circulante	8	-	79.887	-	79.887	-	100.989	-	100.989
Contas a receber clientes	9	-	-	52.769	52.769	-	-	66.154	66.154
Instrumentos financeiros	5.c	196			196	187			107
derivativos	5.0	190	-	-	190	107	-	-	187
Títulos e valores mobiliários -	0		13.439		42 420		44.077		44.077
não circulante Passivos	8	-	13.439	-	13.439	-	44.677	-	44.677
Empréstimos e financiamentos	17		_	(79.511)	(79.511)		_	(118.227)	(118.227)
•	17	-		, ,	, ,	-		'	,
Fornecedores Instrumentos financeiros		-	-	(52.385)	(52.385)	-	-	(46.573)	(46.573)
derivativos	5.c			(70.407)				(00.010)	
		21.952	93.326	(79.127)	36.151	33.119	145.666	(98.646)	80.139

b) Valor justo

Os valores justos dos instrumentos financeiros, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	Controladora			
	Valor contábil Dez/2017	Valor justo Dez/2017	Valor contábil Dez/2016	Valor justo Dez/2016
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	14.057	14.057	10.373	10.373
Títulos e valores mobiliários - circulante	6.695	6.695	-	-
	20.752	20.752	10.373	10.373
Passivos financeiros:				
Fornecedores	(181)	(181)	(130)	(130)
	(181)	(181)	(130)	(130)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Valor justo--Continuação

	Consolidado			
_	Valor contábil Dez/2017	Valor justo Dez/2017	Valor contábil Dez/2016	Valor justo Dez/2016
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	14.424	14.424	21.790	21.790
Aplicações financeiras retidas - circulante	7.332	7.332	11.142	11.142
Títulos e valores mobiliários - circulante	79.887	79.887	100.989	100.989
Contas a receber clientes	52.769	52.769	66.154	66.154
Títulos e valores mobiliários - não circulante	13.439	13.439	44.677	44.677
Instrumentos financeiros derivativos	196	196	187	187
	168.047	168.047	244.939	244.939
Passivos financeiros:				
Financiamentos e empréstimos	(79.511)	(79.511)	(118.227)	(118.227)
Fornecedores	(52.385)	(52.385)	(46.573)	(46.573)
	(131.896)	(131.896)	(164.800)	(164.800)

Na avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros, foram consideradas as seguintes premissas pela Administração da Companhia e sua controlada:

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras retidas: as aplicações financeiras em CDBs e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, dessa forma, seu valor contábil reflete seu valor justo.

Títulos e valores mobiliários: o valor justo é baseado nas posições do fundo exclusivo marcadas a mercado conforme informações da instituição financeira.

Instrumentos financeiros derivativos: o valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado nas cotações projetadas de câmbio para as datas de vencimento contratadas dos instrumentos, ou data próxima a esta, descontadas até o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos). Cotações são obtidas principalmente a partir de preços referenciais divulgados pela BM&F Bovespa.

Financiamentos e empréstimos: estão substancialmente representados por financiamentos e empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil S.A., Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e reúnem características próprias e a Administração considera que as condições definidas nos contratos de financiamento do BRDE e Banco do Brasil, entre partes dependentes, e refletem as condições para aqueles tipos de financiamentos. Dessa forma seu valor justo é similar ao valor contábil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Valor justo--Continuação

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Para a mensuração do valor justo de seus instrumentos financeiros, a Companhia adota a técnica de avaliação de preços cotados nos mercados ativos (Nível 1) e a técnica de avaliação de preços observáveis (Nível 2).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

25. Patrimônio líquido (Controladora)

a) Capital social

No exercício de 2017 não houve aumento do capital social, sendo representado por 26.311.971 (vinte e seis milhões, trezentas e onze mil, novecentas e setenta e uma) ações ordinárias, totalizando o valor de R\$ 234.322 (R\$ 234.322 em 31 de dezembro de 2016).

b) Reservas de lucros

O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo aos acionistas;
- 25% (vinte e cinco por cento) como reserva para investimentos e capital de giro.

A reserva de investimento e capital de giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens de ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortizações de dívidas da Companhia. Referida reserva terá como limite máximo o valor do capital social integralizado.

c) Reserva de incentivo fiscal reflexa

Refere-se à subvenção governamental da controlada Kepler Industrial S.A., a título de incentivo fiscal reconhecido de forma reflexa na Controladora. O saldo em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 totaliza R\$ 57.257.

d) Reserva de capital de incentivos fiscais

Refere-se a incentivos fiscais, doações, subvenção para investimento de anos anteriores à adoção das novas práticas adotadas no Brasil e dos IFRS.

e) Reserva de bônus de subscrição das debêntures

Refere-se à reserva para refletir o componente de patrimônio no instrumento financeiro composto emitido pela Companhia em anos anteriores (debêntures - nota explicativa 18), líquido dos efeitos tributários.

f) Bônus de subscrição 2014

Refere-se a reserva de capital oriunda das subscrições do Bônus 2014 efetuadas neste exercício, conforme divulgado na nota explicativa 18.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

25. Patrimônio líquido (Controladora)--Continuação

g) Reservas de reavaliação

Referem-se a saldos de reavaliações realizadas em 1984 e 1991. O saldo residual desta reserva refere-se notadamente a terrenos, sendo que os demais são realizados mensalmente.

h) Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se a ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, movimentados pela realização do ajuste principalmente por depreciação dos itens não mensurados em 1º de janeiro de 2009. Os efeitos da depreciação adicional gerada pela adoção do custo atribuído foram neutralizadas no cálculo do dividendo mínimo obrigatório de forma a não alterar a política de dividendos da Companhia vigente antes da adoção do custo atribuído.

i) Dividendos

A Companhia não distribuiu dividendos sobre os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26. Receita operacional

i. Venda de bens

A receita é reconhecida quando:

- Os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- É provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade;
- A receita, os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser mensurados de maneira confiável.

ii. Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. A Companhia e sua controlada estão envolvidas na venda de silos e equipamentos para armazenagem e, em determinadas situações, na montagem destes silos e equipamentos. Quando duas ou mais atividades geradoras de receita ou a entrega dos produtos vendidos são realizados sob um mesmo acordo, cada componente, que é considerado uma unidade de medida, é registrado individualmente. A alocação da contraprestação de receitas para cada componente é baseada nos valores justos relativos de cada componente. Caso o valor justo de um item entregue não seja mensurável de maneira confiável, então a receita operacional é alocada baseada na diferença entre a contraprestação total do acordo e o valor justo do item não entregue.

iii. Receita de aluguel

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26. Receita operacional--Continuação

iv. Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,0% e 7,6%;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%;
- Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) 2%; e
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) 0% a 17%.

Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado		
	Dez/2017	Dez/2016	
Receita bruta fiscal	682.290	545.050	
Impostos sobre vendas	(94.170)	(73.511)	
Devoluções e abatimentos	(2.717)	(4.089)	
Ajustes por diferença nos critérios de reconhecimento de receita	(7.028)	7.848	
	578.375	475.298	
	Consol		
	Dez/2017	Dez/2016	
Venda de produtos	532.460	440.805	
Prestações de serviços	45.915	34.493	
	578.375	475.298	

27. Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
Aluguel de propriedades para investimento	8.089	7.623	187	188
Royalties	5.843	4.686	-	=
Subvenções governamentais (nota 33)	-	=	12.534	12.720
Ganho na venda de ativo imobilizado	-	-	-	61
Recuperação de despesas diversas	44	-	2.417	3.243
Ganho em processos judiciais	-	-	460	2.075
Outras	3	3	473	38
	13.979	12.312	16.071	18.325

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

28. Outras despesas operacionais

	Controladora		Consoli	dado
	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
Provisão para obsolescência e perdas de estoque	-	-	(2.565)	(1.221)
Contingências cíveis, trabalhistas e previdenciárias	127	(118)	(7.128)	(984)
Condenações diversas	(141)	(116)	(9.407)	(4.126)
Perda na venda do ativo imobilizado	-	-	(656)	(398)
Perdas no recebimento de crédito de clientes	-	-	(3.237)	(1.183)
PIS/COFINS sobre outras receitas	(1.394)	(1.179)	(1.394)	(1.179)
Multas contratuais	-	-	938	(2.604)
Pensões vitalícias	-	-	(47)	(700)
Outras	(44)	(163)	(2.487)	(1.508)
	(1.452)	(1.576)	(25.983)	(13.903)

29. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
Depreciação e amortização	(2.027)	(2.048)	(26.655)	(25.312)
Despesas com pessoal	1.567	(6.207)	(105.436)	(102.523)
Matéria-prima / produtos adquiridos	=	-	(314.255)	(220.568)
Despesas com benefícios empregados	(69)	(43)	(11.606)	(9.660)
Comissões sobre vendas	-	-	(13.210)	(12.583)
Garantias	-	-	(7.438)	(18.139)
Fretes sobre vendas	-	-	(33.404)	(23.879)
Serviços de montagem	-	-	(34.595)	(31.475)
Serviços de terceiros	(1.319)	(1.153)	(14.158)	(14.748)
Comerciais e viagens	(208)	(225)	(7.967)	(8.108)
Locação	(276)	(315)	(7.131)	(7.379)
Ociosidade fabril	-	-	(398)	(7.597)
Manutenção de máquinas e equipamentos	-	-	(6.530)	(5.471)
Encargos e outros	(523)	(584)	(25.084)	(40.919)
	(2.855)	(10.575)	(607.867)	(528.361)
Despesas de vendas	-	-	(35.873)	(36.129)
Despesas administrativas e gerais	(2.855)	(10.575)	(42.047)	(49.638)
Custo dos produtos e dos serviços vendidos	` -	· ,	(529.947)	(442.594)
•	(2.855)	(10.575)	(607.867)	(528.361)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

30. Custo do produto vendido

	Dez/2017	Dez/2016
Custo dos produtos vendidos alocados	(529.549)	(434.997)
Custos não alocados	(398)	(7.597)
	(529.947)	(442.594)

Consolidado

Consolidado

Os custos não alocados são representados por valores não usuais ou custos indiretos de produção eventualmente não alocados aos produtos, principalmente relacionados ao baixo volume de produção e embarque, reconhecidos diretamente no resultado no período em que ocorrem em conta destacada dos custos dos produtos vendidos. Do montante total, acima de 73,46% dos valores são referentes ao primeiro semestre do exercício de 2017 (70,28% em 2016).

Custos com garantias

Referem-se a custos com garantias concedidas, revisões técnicas periódicas e campanhas de substituição de peças. A Administração revisa e ajusta periodicamente estas estimativas de acordo com o histórico, projeções e outras informações disponíveis. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui registrada provisão para prováveis custos com garantias, no montante de R\$ 6.844 (R\$ 14.537 em 31 de dezembro de 2016).

Controladora

31. Resultado financeiro

Receitas financeiras	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
Variação cambial/monetária ativa	249	1.235	8.033	10.463
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.024	1.502
Receitas com aplicações financeiras	1.312	872	12.090	18.616
Outras receitas financeiras	2	1	464	492
	1.563	2.108	21.611	31.073
	Controladora		Consolidado	
Despesas financeiras	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
Encargos financeiros s/empréstimos e financiamentos	-	-	(8.934)	(10.072)
Juros de mora e IOF contratuais	(3)	-	(981)	(724)
Variação cambial/monetária passiva	(256)	(451)	(5.179)	(6.502)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(734)	(1.027)
Despesas com fiança bancária	-	=	(802)	(598)
Pis/Cofins outras receita	(25)	-	(762)	-
IR retido sobre operações exterior	(18)	(8)	(846)	(787)
Outras despesas financeiras	(89)	(76)	(1.169)	(1.353)
	(391)	(535)	(19.407)	(21.063)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

32. Resultado por ação

	Controladora e Consolidado		
Básico:	Dez/2017	Dez/2016	
Resultado do exercício	(34.257)	(22.124)	
Média ponderada de ações ordinárias	26.311.971	26.311.971	
Resultado por ação ordinária básico - R\$	(1,3020)	(0,8408)	
Diluído:			
Resultado do exercício	(34.257)	(22.124)	
Resultado do exercício ajustado pelo efeito da diluição	(34.257)	(22.124)	
Média ponderada de ações ordinárias	26.311.971	26.311.971	
Média ponderada de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	26.311.971	26.311.971	
Resultado por ação diluído - total - R\$	(1,3020)	(0,8408)	

33. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas.

A controlada Kepler Weber Industrial S.A., quando da instalação de sua fábrica no Estado do Mato Grosso do Sul, obteve benefício fiscal de redução de 90% do saldo devedor de ICMS apurado mensalmente. O termo de acordo assinado originalmente no ano de 2002 foi posteriormente aditivado, prorrogando o benefício até o exercício de 2028. A Companhia teve como contrapartida a realização de investimentos e a geração de empregos no Estado do Mato Grosso do Sul.

O benefício reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$12.534 (no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$12.720) e está reconhecido no resultado do período como outras receitas operacionais, sendo posteriormente destinado para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, até o limite dos investimentos previstos no termo de acordo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

34. Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

O seguro de riscos empresariais é contratado sob a modalidade de maior probabilidade de riscos, com base em análise de riscos realizados por empresa especializada. A Companhia mantém, ainda, seguros de riscos de transporte nas operações de importações e exportação, riscos diversos e de engenharia cujos valores segurados são contratados a cada operação.

Consolidado	Vigência	Valor
Responsabilidade civil e danos materiais terceiros – veículos	Abr/18	210
Responsabilidade civil e danos materiais terceiros – veículos	Ago/18	5.000
Responsabilidade civil de diretores e administradores	Set/18	20.000
	•	25.210
Riscos empresariais (estoques, prédios e riscos de crédito)	Jan/18	3.881
	Fev/18	118
	Mar/18	566
	Abr/18	306
	Jun/18	9.115
	Ago/18	12.000
	Set/18	758.700
	Jan/19	8.250
	Abr/19	640
	•	793.576
	•	818.786

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Conselho de administração

Presidente do Conselho de Administração José Pais Rangel

Vice-Presidente do Conselho de Administração **Fernando Florêncio Campos**

Membros
Antônio Sérgio Riede
Carlos Infante de Castro
Marcelo Gasparino da Silva
Maria Gustava Heller Britto
Valmir Pedro Rossi

Conselho fiscal

Membros Gracielle Beltrami Hummel Bulhões Garcia Luiz de Lima Giacomini Nilo José Panazzolo

Diretoria

Diretor Presidente

Anastácio Ubaldino Fernandes Filho

Diretor Administrativo

André Luís Paz Acosta

Contadores

Marcio Wasem Gerente de Controladoria CRC-RS 52398/O-9 Cristiane Beatriz Back Bender Contadora CRC-RS 072285/O-2